

ACTA Nº 3/ 2004

Pelas nove horas do dia quatro do mês de Junho do ano de dois mil e quatro, nesta vila de Montalegre no Salão Nobre dos Paços do Município , realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Expediente para conhecimento;
2. Actividade e situação financeira da autarquia;
3. Proposta de adesão do município de Montalegre à Comunidade de Trás-os-Montes/ aprovação dos estatutos de constituição da respectiva comunidade urbana;
4. Proposta de criação de Associação de fins específicos e adaptação dos estatutos da Associação de Municípios do Alto Tâmega.
5. Eleição de Presidente da Junta de Freguesia para representar a Assembleia Municipal na Comissão Municipal de defesa da Floresta contra incêndios, conforme lei nº: 14/2004, de 8 de Maio.

De seguida passou-se ao registo das presenças tendo-se verificado que estavam presentes cinquenta e nove membros. Não compareceram à chamada António Maria Dias Cascais, Fernando Calado Calvão, Maria de Fátima Pereira Fernandes, Duarte João Liberal Calhelha, José Diogo Vieira Vaz Pereira; António Eduardo Morais Baptista dos Santos, Manuel Branco Francisco, João Caldas Rua, Armando Rodrigues Mendes Duarte, António Gregório Azevedo Dias e Manuel Lopes Júnior.

Por não ter comparecido a esta sessão o Segundo Secretário, Maria de Fátima Pereira Fernandes, o Senhor Presidente da Assembleia chamou, para completar a constituição da Mesa, o deputado António Bernardes Fidalgo.

No prazo legal justificaram as faltas à sessão do dia 30 de Abril 2004 os senhores Angélica Rosa Alves Lima Andrade, José Domingos Silva Ferrage e António Gregório Azevedo Dias.

Não justificaram a falta à sessão do dia 30 de Abril de 2004 os senhores Nuno Duarte Miranda Justo, António Eduardo Morais Baptista dos Santos e Manuel Dias Baptista.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

A acta da sessão anterior foi posta à consideração, tendo os deputados José Rodrigues e Alberto Martins apresentado algumas correcções.

Assim, o deputado José Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa, para alterar a sua intervenção:

“Exmo. Senhor Presidente da
Assembleia Municipal de Montalegre

A acta nº2/ 2004 da Assembleia, na sua página 10, na parte inicial do parágrafo 3º do ponto 2 da ordem de trabalhos contém imprecisões conceptuais e não traduz o espírito da intervenção proferida.

Assim, solicito a substituição do texto, desde o início do parágrafo, até onde se lê “ Ainda sobre a regionalização, disse que ...”, pelo seguinte:

O deputado José Rodrigues falou da criação das comunidades urbanas (comurb) e disse, sobre a ComUrb do Douro, que o que não tem remédio, remediado está. Uma vez que os municípios que integram a ComUrb do Douro exercerem uma competência que lhe é atribuída pela lei, apenas podemos lamentar que não se constitua uma única ComUrb em Trás-os-Montes e Douro. Face a este facto, e contrariamente ao que tinha defendido anteriormente, propõe que se pondere a criação duma ComUrb apenas para municípios do Alto Tâmega porque, em termos estratégicos, ganhamos peso em decisões estratégicas futuras, nomeadamente nas previsíveis negociações das três ComUrb's (Alto Tâmega, Douro, Alto Trás-os-Montes) que por certo, serão inevitáveis.

No entanto, e porque pode ter implicações directas nos fundos comunitários a partir de 2006, mais importante que a questão anterior, é a actual classificação estatística da U.E. (NUTTS). Neste momento, grosso modo, o território a Norte do Rio Douro é uma região de NUTTS II, que por sua vez se subdivide em várias regiões NUTTS III, entre as quais se encontram a região Alto Trás-os-Montes e a região Douro. Os fundos comunitários da U.E. são atribuídos com base no nível de agregação NUTTS II, considerando-se, por exemplo que as NUTTS II com PIB em paridades de poder de compra inferior a 75% da média comunitária são regiões de objectivo 1 – regiões com atraso estrutural, nas quais a região Norte está incluída. Ora, a adesão dos países do Leste europeu à U.E. e o respectivo baixo poder de compra vai “enriquecer” estatisticamente toda a NUTTS II – Região Norte, correndo-se o risco de Montalegre ficar de fora do objectivo 1, facto que seria gravoso para o nosso concelho, nomeadamente para a nossa já depauperada agricultura.

Proponho por isso que as três ComUrb's a criar (Alto Tâmega, Douro e Trás-os-Montes) constituem entre si uma associação de direito público para preparar a constituição da futura ComUrb Trás-os-Montes e Alto Douro e, sobretudo, pressionar o governo e a U.E. no sentido de reorganizar a divisão do país em NUTTS considerando uma NUTTS II no território actualmente incluído nas NUTTS III Douro e Alto Trás-os-Montes.

Montalegre, 4 de Junho de 2004

Assina, José Moura Rodrigues”

O deputado Alberto Martins pediu a alteração do ponto nº4 porque, em vez de paragem, deve aparecer passagem.

Findas as correcções, a acta foi posta a votação, tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Domingos Vasconcelos, Alberto Martins, Luís Carril, Acácio Gonçalves, António Ferreira, João Duarte, João Soares, Francisco Surreira, Pedro Giesteira, José Rodrigues e Acácio Moura.

O deputado Domingos Vasconcelos falou dos incêndios florestais. Sobre as senhas do 25 de Abril, acha bem que não sejam pagas porque há muitas pessoas que se iriam aproveitar disso, pois não vieram à sessão desse dia e preencheram a senha no dia 30.

O deputado Alberto Martins entregou o seguinte documento à Mesa:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhores Membros.

É a freguesia de Salto a maior e a mais populosa do nosso concelho.

Teve um período auge de desenvolvimento, com a criação de algumas e boas infra-estruturas. Lembro: o Lar Nossa Senhora do Pranto, para mim, a obra mais importante da freguesia e de todo o Baixo Barroso e o apoio domiciliário; o Parque do Torrão da Veiga; a Zona Industrial; a Casa do Capitão; a aquisição do bairro da Borralha; a repavimentação da Estrada Nacional 311, Venda Nova- Lodeio D'Árque , com a construção de passeios em toda a zona de Salto; pavimentação das estradas, a todas as aldeias e são 20!; a construção, por parte da EDP , de vários Postos de Transformação, pela Freguesia (só, na vila, foram 4!); a melhoria da rede telefónica e da distribuição do correio; o alargamento de toda a rede escolar, do Ensino Pré- primário, à freguesia e a melhoria das Escolas de Salto e Borralha; o transporte e a oferta de uma refeição aos alunos. Isto para não citar imensas obras de abastecimento de água, saneamento, arruamentos, recolha de lixo e a criação de uma Brigada de Pessoal da Câmara que veio melhorar o serviço e dar empregos.

Havia outros projectos em carteira e a não ser o alargamento e pavimentação de ruas, o abastecimento de água e saneamento, no Bairro Novo das Minas da Borralha, quase tudo parou!...

Já foi anunciada a construção de Habitação Social. Para quando o Quartel dos Bombeiros, a repavimentação da estrada, Salto- Linharelhos, a abertura da Casa do Capitão (para Centro Cultural ou Ecomuseu) e o arranque do Complexo Desportivo?

A vila de Salto tem sido esquecida! Nós existimos!... Senhor Presidente: só me lembro de ser falada ou pelas “falhas” da Junta de Freguesia ou por haver uma viúva, em Caniço, a viver em condições deploráveis!

Também tenho conhecimento que a casa desta já foi recuperada! Por quem? A Câmara deu algum contributo? Que mais tem feito no apoio social?

Pois, **Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores da Câmara e Membros desta Assembleia:** mais importante que as obras ou a falta delas são as pessoas! As nossas terras estão a ficar sem gente, os velhos morrem, os novos migram! Uns, porque tiram cursos e têm que exercer longe; outros, tem que procurar trabalho noutros lados. A agricultura começou a fraquejar! Mesmo com subsídios, projectos e tantos cursos!...

Quero aqui trazer este exemplo! Na Assembleia da Freguesia de Salto, composta por nove elementos, dos eleitos, em Dezembro de 2001 e desde aí, cinco já foram para outras terras para exercer a sua profissão (dois do PS e três do PSD): Paulo (Madeira); Rosa (Porto); Bernardino (Braga); Sónia (C. Basto) e Luís (Porto)! Quantos mais jovens não partiram, neste curto espaço?...

É necessário apoiar as famílias e criar postos de trabalho. Isto é tão importante ou mais do que obras, em locais, em que cada idoso que morre é uma casa que fecha! Por este andar temos as nossas aldeias sem gente! Temos que tentar inverter este rumo!

Fica aqui este alerta para todos meditarmos!

Montalegre, 4 de Junho de 2004

Assina, Alberto Martins”

O deputado Luís Carril felicitou a intervenção do deputado Alberto Martins que veio de encontro àquilo que ele vem dizendo há dois anos e meio. Disse ainda que fica contente por se exigir mais para Salto. Pede que o Senhor Presidente da Câmara lhe esclareça dois pontos, um em relação à estrada da Borralha, pois haviam dito que o concurso tinha sido anulado, já tinha sido lançado um novo e que se iria ver as propostas em finais de Maio. Gostaria de saber qual o ponto de situação, pois tem lá passado e a obra está parada. O outro ponto prende-se com o facto das nossas terras estarem sem gente. E é verdade. Temos que lutar contra isso, mesmo que as vitórias sejam pequenas. E disse que em Salto foi executado um loteamento industrial que tem instaladas duas empresas a funcionar e tem uma outra que já se vem arrastando há algum tempo, mas ainda não funciona. O loteamento fica muito aquém do desejado. Temos que pensar, no mínimo, em dez postos de trabalho pois uma vez que a Câmara investiu o dinheiro temos que o rentabilizar.

Há um senhor que investiu e se instalou em Salto, na vila, e criou quatro empregos. Perguntaram-lhe porque é que não se instalava no loteamento e ele respondeu que o terreno era muito caro. Por tudo isto, proponho ao Senhor Presidente da Câmara a diminuição do preço na aquisição dos terrenos no dito loteamento, pois é melhor que as empresas se instalem lá do que no meio da população. Não pede, de maneira nenhuma, que o terreno seja dado, mas sim aumentar o prazo de pagamento dos lotes. Em vez de serem pagos logo no início da actividade, devem ser pagos num período em que o empresários já se encontrem instalados.

O deputado Acácio Gonçalves falou do Matadouro e diz que não compreende como é que a Câmara nomeou um Vereador para representar o Matadouro que é familiar dos administradores e ainda por cima é do PSD. Toda a gente sabe e concordou com o deputado José Rodrigues quando diz que o problema do Matadouro é uma questão de gestão. Tem um rendimento bruto de 113% e, daquilo que comprou e vendeu, gastou 2 milhões de euros. O lucro tem que ir para algum lado. Qual o buraco negro que o absorve?

Em relação à Pousadinha de Paradela disse que o Carvalho de Moura decidiu dá-la à exploração. Entretanto, a Câmara muda e é entregue à Trote Gerês. Hoje fala-se que um Senhor de Lisboa a quer comprar. Quería que o Senhor Presidente da Câmara dissesse qual a situação da Pousadinha, para não falar na ETAR.

Sobre as águas de Montalegre, disse que a água era o petróleo do concelho e quem a quisesse devia pagá-la muito bem. Mas não. Foi privatizada, entregue a uma empresa e as pessoas a paga-la muito cara.

Falou da obra do Castelo, obra de Santa Engrácia, aquilo nunca mais acaba. As obras estão paralizadas no tempo e devia apurar-se responsabilidades, mas parece que a Câmara não manifesta grande interesse naquilo.

Relativamente à agricultura, realçou o facto da Eng^a Ana Justo já se encontrar a trabalhar nas instalações da Câmara e disse para que se constituísse um gabinete direccionado para agricultura, pois a autarquia tem o dever de cuidar da agricultura e ajudar os agricultores.

O deputado António Ferreira falou da mudança da limpeza e recolha de lixo para a RESAT. Disse que a empresa está a fazer um trabalho razoável, mas há locais terríveis que exigem, por parte da Câmara, mais atenção. Disse que os cães são os principais

responsáveis por espalharem o lixo e que o Veterinário Municipal, num desabafo, disse que mandava abater todos os cães. Gostava que isso fosse verdade, mas sabe que o Veterinário não é capaz de o fazer, de acabar com este flagelo, mas se não é capaz que se peça auxílio a outras instituições. Mas, além dos cães, os vândalos também fazem o seu papel. Dão pontapés nos caixotes do lixo e até lhes chegam fogo.

Referiu ainda que fica satisfeito com o serviço que os militares têm feito no nosso concelho.

O deputado João Duarte chamou a atenção para a época que se aproxima. Aproximam-se os meses quentes, com isso chega o consumo de álcool e por isso o policiamento nunca chega. É necessário aumentar o policiamento. Porque há desacatos e alterações à ordem pública com frequência na vila de Montalegre. Pede ainda que se esqueçam as polémicas e que se acabem com os maus cheiros que a ETAR provoca.

O deputado João Soares lembrou que no dia 13 de Junho há eleições para o parlamento europeu e o que está em causa é muito importante. Os Barroões não se podem abster de ir votar porque a Europa tem trazido muitos benefícios a Barroso, apesar de erros que foram cometidos. Queremos uma Europa unida e forte e não desunida. Não queremos uma Europa de desemprego, queremos uma Europa onde os fundos sejam distribuídos uniformemente.

O deputado Francisco Surreira alertou a Câmara para o facto que no Reigoso há um fontanário e do lado esquerdo do mesmo mais parece uma lixeira. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que colocasse lá um caixote do lixo, pois os miúdos passam e deitam lá todo o tipo do lixo. Disse ainda que se devia comunicar à Escola para que haja uma certa sensibilização.

O deputado Pedro Giesteira falou da importância das eleições para o Parlamento Europeu uma vez que dependemos da Europa. Disse que a intervenção dele ia no sentido de criticar e falar do Governo, do Ministério do Ambiente, do Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG) e do Instituto de Conservação da Natureza. Temos assistido a políticas desastrosas. Vamos ter um Quadro Comunitário de Apoio virado para o ambiente e o social. No caso do PNPG, há técnicos que não recebem há oito meses. Não há dinheiro para o correio. Diz ainda que raramente critica, mas quando o faz, diz que é com a convicção de que vai ser ouvido.

O deputado José Rodrigues falou das eleições europeias e subscrevendo a intervenção do deputado João Soares, disse que a União Europeia não é só vantagens e, no caso da Política Agrícola Comum (PAC), diz que esta não foi criada para nós. A PAC foi criada para seis países e é virada para a criação de vacas leiteiras, cereais e a nossa agricultura não está virada para isso. O orçamento da PAC já rondou os 80% e vai ter que baixar porque senão a Europa não vai ser competitiva a nível mundial. O próximo Quadro Comunitário de Apoio prevê investimentos na área da sustentabilidade ambiental e económica e da sustentabilidade a longo prazo, investigação e ciência. Sobre a unidade da União Europeia, o PSD também gostava união na União Europeia. Falou que quando o Senhor Primeiro Ministro assinou o acordo dos Oito, na questão do Iraque, fê-lo para defender os nossos interesses.

O deputado Acácio Moura disse que não veio fazer críticas, mas sim felicitar a Câmara pela limpeza do parque de Frades. Felicitou também o Senhor Primeiro Ministro pela

coragem que teve em demitir o Ministro do Ambiente e encorajou-o a demitir mais dois ou três para ver se este Governo começa a tomar rumo.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos interpelantes.

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção com um voto de melhoras para o deputado José Diogo, autarca de quem é amigo pessoal, para que tenha um rápido e completo restabelecimento.

Ao deputado Domingos Vasconcelos disse que todos nós devemos ser mais responsáveis e ser mais exigentes, pois a grande parte dos fogos florestais têm a ver com a negligência e também com a impunidade.

Ao deputado Alberto Martins disse que o Ecomuseu de Barroso vai passar por Salto, mas é um processo moroso. Há uma candidatura ao AGRIS das Minas da Borralha que se enquadra no Ecomuseu. Vamos ter infra-estruturas modernas e atractivas. Sobre o complexo desportivo, já deu explicações sobre ele na última sessão. Sobre a viúva de Caniço disse que o caso já foi resolvido por isso é que não se tem falado. A Câmara e o projecto Luta Contra a Pobreza deram a casa à viúva.

Ao deputado Luís Carril disse que a estrada da Borralha está transitável. É claro que é uma estrada importante. Já está escolhido o empreiteiro. Vai haver uma ponte nova e o preço é bom. Sobre a questão do emprego, se não fosse a Câmara a tomar algumas medidas, como a AGRIS, o apoio ao comércio, com o PROCOM, todo o dinamismo da construção civil, a promoção do concelho, com as feiras e certames, o que seria de Montalegre. Fábricas não temos, nem nunca tivemos, mas pediu que dessem sugestões concretas para serem discutidas por todos.

Em relação aos terrenos do loteamento industrial, disse que até se podem dar a preços simbólicos ou excepcionais, desde que seja um empresário credível e crie postos de trabalho. A Câmara pode ajudar, mas não podemos ter a mesma atitude com um empresário que cria o seu posto de trabalho ou o que cria 10. De qualquer forma, os preços dos terrenos já são razoavelmente baixos. O seu valor está muito longe do investimento que a Câmara fez. Não podemos dar tudo. O empresário também tem que correr algum risco. Quem estuda gasta, isto é, investe. O empresário também tem que investir.

Ao deputado Acácio Gonçalves disse que o Vereador Abel foi o escolhido por estar mais próximo da realidade do Matadouro e tem mais condições para avaliar e apoiar a sua gestão. Sobre a Pousadinha de Paradela, disse que tomara ele que a comprassem, pois é a única forma de valorizar aquele espaço.. Não tem área, está velha, cheia de ratos, não promove Montalegre e faz uma propaganda negativa do turismo do concelho. Só está aberta para assegurar dois postos de trabalho. A Câmara está com a Pousadinha em regime de comodato. A EDP não quer denegrir o seu nome com a Pousadinha e poder tomar medidas.

Em relação às águas de Portugal, é um problema que não é da Câmara de Montalegre, mas sim do Estado que quer fazer negócio com tudo. É a política geral e nós não damos conta. Ninguém vendeu nada. As águas são nossas. As nascentes não saem daqui. Aderimos às Águas de Portugal por uma questão de solidariedade e fomos buscar

dinheiro com isso. Também vão fazer obras na barragem dos Pisões, nomeadamente os saneamentos de algumas aldeias envolventes.

Em relação ao Castelo, disse que este pertence ao IPPAR. É uma obra muito morosa. Todas as semanas vêm técnicos do IPPAR propor alterações. Falta a musealização das torres. O empreiteiro tem a obra quase executada, falta apenas a limpeza. O projecto está completamente alterado, mas está muito bonito.

Sobre os agricultores, disse que a Câmara não se sobrepõe às questões onde o Estado tem a sua responsabilidade e em Montalegre esse apoio é excepcional. Montalegre é um dos concelhos que mais dinheiro recebe para a agricultura. A Eng^a Ana Justo é funcionária da Câmara, mas não está aqui para prestar serviço exclusivamente aos agricultores. O serviço dela são as candidaturas.

Ao deputado António Ferreira disse que temos uma boa equipa na recolha do lixo. Somos dos concelhos mais limpos e mais asseados, mas há que continuar a ter cuidado.

Ao deputado João Duarte disse que já foi reunido o Conselho Municipal de Segurança e foi perguntado ao Comandante se tinha condições para manter a segurança uma vez que se tem notado vandalismo na vila com ataques físicos cobardes a pessoas que visitam Montalegre. E este disse-lhe que não, claramente, porque os guardas têm que ir muitas vezes para os campos de futebol da I Divisão e depois não há efectivos para se garantir a segurança no concelho.

Disse que era urgente tomar medidas de precaução, pois se se têm tomado mais cedo como foi lembrado não era preciso morrer ninguém e outros irem para a cadeia. Vamos continuar a questionar e pressionar a GNR e a tutela, do porquê de não cumprirem as suas obrigações no que diz respeito à segurança e à ordem pública. Disse que as lamas da ETAR têm um dreno e não causam problemas ambientais, mas, de qualquer forma, vão ser retiradas. As obras da nova vão começar e tem a certeza que será o último verão que passamos com a velha.

Ao deputado Francisco Surreira disse que iria ver o que se passava com o fontanário pois não estava a ver qual era, nem onde se situava.

Ao deputado José Rodrigues disse que concordava com ele e que devia haver uma melhor distribuição pois o que se passa com a PAC é realmente inaceitável.

Ao deputado José Acácio respondeu que não se vai transformar o parque de Frades numa zona de lazer pois ali é tudo destruído.

Depois de ter respondido aos interpelantes, o Senhor Presidente da Câmara quis felicitar o deputado João Soares pela intervenção que fez sobre as eleições europeias.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados Domingos Vasconcelos, Luís Carril, Acácio Gonçalves e José Rodrigues.

O deputado Domingos Vasconcelos mostrou solidariedade para com o PNPG. Disse que, mesmo a nível interno do PSD, também foram feitas críticas ao Ministério do Ambiente e espera que o novo Ministro melhore as políticas e favoreça o Parque Nacional, pois o Senhor Primeiro Ministro também é cá de cima e conhece bem a nossa realidade.

Na questão da segurança, disse que se deve exigir à GNR pois eles estão lá é para apresentar serviço. Os vândalos têm que ser punidos.

O deputado Luís Carril disse que se congratula com a demissão do Ministro do Ambiente, tendo em vista a inoperância do Ministério em relação ao PNPG e felicita o Senhor Doutor Durão Barroso pela atitude tomada. Disse também que a comissão do PSD fez chegar um comunicado ao Senhor Primeiro Ministro e que está convencido que o actual Ministro conhece bem a nossa realidade e tem a certeza que irá melhorar. Sobre a demissão de Figueiredo Lopes, manifestou-se contra porque temos o Euro 2004 à porta.

Falou da campanha para as eleições europeias onde se tem falado de tudo menos das questões relacionadas com a Europa. Perguntou ao Presidente da Junta da Venda Nova se os militares não fizeram um trabalho exemplar.

Disse ainda que o Senhor Presidente da Câmara deturpou as suas palavras pois ele não disse para se darem os lotes, o que ele havia dito era que se devia fazer o pagamento temporal, isto é, dividir o pagamento em tranches durante 4 ou 5 anos, porque as pequenas empresas têm que ser apoiadas.

O deputado Acácio Gonçalves disse, mais uma vez, que não há questões pessoais com a família Justo. Disse que o Senhor Presidente da Câmara é avesso quando se fala do Matadouro e do Engº Justo. O Engº Justo e Engº Campos devem ser alquimistas que andam à procura da barra para fundir metais.

O deputado José Rodrigues disse que a água e a sua privatização não são para aqui chamadas. Sobre a captação das águas dos Pisões, diz que a água é um bem social e espera que daqui a 20 anos não esteja um Presidente da Câmara a levantar a voz e a dizer que o acordo feito é injusto, como o Senhor Presidente da Câmara actual está a fazer agora à EDP. Isto é um mau negócio. Não somos capazes de calcular o valor da água daqui a 40 anos. De certeza que vai ser mais elevado. O Senhor Presidente da Câmara deve ter em conta uma directiva da Comunidade Europeia e fazer um acordo com actualizações.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara respondeu e disse que se levantam questões inadmissíveis. Fazem-se conotações indignas e irresponsáveis às quais vai deixar de responder.

Disse que nós não temos direito a pedir compensações das águas da barragem, pois as águas são desperdiçadas e o concelho não tem prejuízo nenhum. O PSD tem feito denúncias mas não tem conhecimento das exigências de control da qualidade. Se não atingíssemos os níveis de qualidade exigidos, éramos um país de 3º mundo. Não se faz ideia da dificuldade que é tratar de 300 captações de água. Relativamente aos preços futuros disse que existem regras para definir tarifas e há directivas de um organismo (águas e resíduos) que controlam essas tarifas e os seus aumentos. E há que ter em conta que todos os municípios do Alto Tâmega aderiram a este projecto.

Afirmou ainda que se o sistema não é ideal, mas, perante a situação, não havia alternativa. Para si a solidariedade conta e se para o deputado José Rodrigues não conta, para os Barroões conta e para a Europa também conta pois já disponibilizou um fundo para Trás-os-Montes para este tipo de investimento. Temos que ser sérios, não podemos falar de coisas que não sabemos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1- Expediente para Conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer toda a correspondência recebida, nomeadamente o pedido de suspensão de mandato do Presidente da Junta da Chã, o deputado Manuel Duarte. Deu conhecimento de uma carta recebida do Partido Comunista Português sobre “As especificidades das Regiões de Montanha e a política comunitária”; deu conhecimento de uma carta recebida da Associação Nacional de Municípios Portugueses, na qual se comunica o “Dia do Poder Local. Aniversário da ANMP”. Deu conhecimento ainda, de um mail recebido da Câmara Municipal de Boticas, na qual consta a “Última versão dos estatutos da ComUrbTM”. Finalmente, apresentou a “Proposta de criação de uma Associação de Municípios de fins específicos e de adaptação dos estatutos da Associação de Municípios do Alto Tâmega”, que está à disposição.

A Assembleia tomou conhecimento.

2- Actividade e situação financeira da autarquia

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o relatório da actividade e situação financeira da autarquia no período que decorreu desde a última sessão até à presente data.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 - Proposta de adesão do município de Montalegre à Comunidade de Trás-os-Montes / Aprovação dos Estatutos de Constituição da respectiva Comunidade Urbana.

Considerando que, a aprovação do pacote legislativo da descentralização – Lei nº 10/2003, de 13 de Maio, que estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das Comunidades Urbanas de direito público e o funcionamento dos seus órgãos – promove a criação de uma realidade jurídico – administrativa que constitui um desafio para os municípios portugueses;

Entre os seus objectivos principais destaca-se a aposta na solidariedade entre municípios contíguos e nas garantias de governabilidade e funcionalidade dos sistemas urbanos, através de mecanismos de articulação e de serviços, investimentos, programas, projectos e intervenções, aproximando as administrações central e local;

Os municípios de **Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Flor, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais**, atentos a esta nova realidade institucional que se perspectiva, tem debatido esta problemática e participado em diversos encontros com a finalidade de considerar

qual é a melhor solução para o seu espaço geográfico, tendo os representantes dos Municípios assumido o compromisso de que a proposta a apresentar aos órgãos competentes seria aquela que mantivesse a unidade deste espaço;

Propõe-se: “A adesão deste Município à **Comunidade Urbana de Trás-os-Montes**, a constituir nos termos da Lei nº 10/2003, de 13 de Maio, que será composta pelos Municípios de **Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Ribeira de Pena Valpaços, Vila Flor, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais**, contemplando uma área territorial de 8710,33, Km2, sendo a população residente de 236016.

“Aprovação do projecto de Estatutos da Comunidade Urbana de Trás-os-Montes, nos termos do documento que se anexa à presente proposta e que se dá aqui por integralmente reproduzido, para efeitos da formalização notarial da sua constituição de acordo com o preceituado no artigo 4º, nº 4, da Lei nº 10/2003, de 13 de Maio”.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia

Inscreveram-se para intervir os deputados Luís Carril, António Ferreira, Ricardo Moura, António Araújo, José Rodrigues e Joaquim Pires.

O deputado Luís Carril disse que, em relação à Comunidade de Trás-os-Montes, o Senhor Presidente da Câmara disse que há algum consenso por parte dos partidos. E foi muito bem dito, mas pensa que poderia ter havido mais informação/ divulgação deste processo e, ao contrário do Senhor Presidente da Câmara, está convencido que é um projecto que tem pernas para andar.

O deputado António Ferreira disse que partilha inteiramente das palavras do Presidente da Câmara. No entanto, lembra duas coisas: não é da nossa parte que o projecto não vai avante, e por parte do PSD parece que também vai, mas desde pequenino o ensinaram que pertencia a Trás-os-Montes e Alto Douro.

O deputado Ricardo Moura disse que o que se ia discutir agora já vinha tarde. Disse que o PS queria uma regionalização a sério e ainda bem que o Alto Tâmega estava unido pois já se sabe que Chaves e Bragança nunca se entenderam. Queríamos a regionalização mas o que nos aparece é um pequeno bolo e temos um Primeiro Ministro que se diz transmontano. Do mal o menos, desde que traga alguns benefícios. Pensa que os Barrosões ainda podem comandar alguns exércitos. É de toda a utilidade votarmos nesse ponto.

O deputado José Rodrigues disse que a regionalização não se deu e a culpa foi do Engº António Guterres. Nunca ninguém desta Câmara defendeu a regionalização. Perguntou como era possível que 70% da população portuguesa tivesse votado contra a regionalização, seria com medo de piorar. O PS foi o principal culpado.

Disse ainda que este assunto está a tomar um rumo que não tem sentido. Um rumo político- partidário que se não pode fazer. Sobre o projecto em questão, disse que é muito difícil de explicar, pois vai haver uma alteração do país que, futuramente, vai levar-nos à regionalização.

O deputado António Araújo também concorda que a regionalização não se deu por culpa do PS, mas reconhece que houve uma política enganosa por parte do PSD. Em relação ao ponto que está em discussão, disse que não há coerência. Diz que não nos vai levar a lado nenhum. É uma trapalhada. Não podemos dar trunfos ao Governo para nos apoiar. Disse ainda que o PSD elogiou o Governo, pois faz bem porque ele bem precisa pois não tem feito nada de jeito.

O Presidente da Assembleia Municipal, o deputado Joaquim Pires, entregou a seguinte declaração de voto:

“Descentralização – Adesão à ComUrbTM

- sempre fui um defensor das regiões políticas e administrativas;
- esta reforma não é mais do que uma associação de municípios;
- haverá transferência de competências quando e como o Governo quiser;
- perdeu-se uma oportunidade de olhar o território de forma integrada e equilibrada;
- perdeu-se uma oportunidade de reformar a administração territorial, no sentido de aumentar a competitividade e a coesão que tanto os portugueses ambicionavam;
- temos uma manta retalhada de vinte e uma parcelas;
- a alternativa é retomar o processo de regionalização, em consonância com a resolução do último congresso da ANMP;
- Pelo exposto a minha posição é de abstenção.”

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara respondeu, dizendo que sobre esta lei há duas coisas: uma boa e uma má. A má é que este modelo vai baralhar ainda mais as coisas. Ficamos sem saber o que vai acontecer a uma série de serviços que estavam mais ou menos distribuídos a nível de distrito. A coisa boa é que a representação no poder é por município. Não temos o ideal, não é uma lei perfeita, mas é a possível. Permite-nos abrir novos caminhos.

Deliberação: Posto a votação, a proposta foi aprovado por maioria com cinco abstenções, aderir à Comunidade Urbana de Trás-os-Montes, bem como aprovar o projecto de Estatutos.

4. Proposta de criação de Associação de fins específicos e adaptação dos estatutos da Associação de Municípios do Alto Tâmega.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu a Assembleia.

Não houve inscrições.

Deliberação: posta a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

5. Eleição de Presidente da Junta de Freguesia para representar a Assembleia Municipal na Comissão Municipal de defesa da Floresta contra incêndios, conforme lei n.º: 14/2004, de 8 de Maio.

Inscreveram-se para intervir os deputados Domingos Vasconcelos, Mário Mendes e Ricardo Moura.

O deputado Domingos Vasconcelos propôs o nome do Presidente da Junta de Salto para representar a Associação Municipal porque a freguesia de Salto é a maior do concelho.

O deputado Mário Mendes sugeriu que se elege-se o Presidente da Junta que tem maior área florestal, ou Salto ou Cabril, e tanto um como o outro estão ligados a essa área.

O deputado Ricardo Moura pensa que as pessoas que aceitarem este cargo têm que ter a noção daquilo que vão fazer e qual a sua responsabilidade. Disse ainda que a pessoa que for eleita tem que ter tempo e estar sempre pronta, com coragem para visitar toda a zona. Mas tudo isto se resolvia mais facilmente com quatro postos de vigia e dava-se conta de todos os incêndios.

Seguiu-se a votação por voto secreto.

Deliberação: o Presidente da Junta de Salto foi eleito com 37 votos a favor e 21 brancos.

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário